

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 405, DE 2025**

Dispõe sobre o procedimento de revista pessoal em estabelecimentos prisionais e assemelhados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o procedimento de revista pessoal e inspeção íntima em estabelecimentos prisionais e assemelhados.

**Revista pessoal**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, revista pessoal é a inspeção efetuada com fins de segurança, em todas as pessoas que pretendem ingressar em estabelecimentos prisionais ou assemelhados e que venham a ter contato direto ou indireto com pessoas presas ou com o interior do estabelecimento.

§ 1º A revista pessoal tem como objetivo dificultar ou impedir a entrada de objetos ilícitos no estabelecimento.

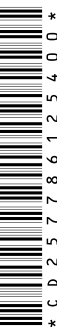
§ 2º A revista pessoal em estabelecimento prisional é de atribuição privativa de agentes das forças de segurança, e deve ser realizada por servidor do mesmo sexo do revistando.

§ 3º A revista pessoal pode ser realizada de forma manual, inclusive em crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência intelectual, sem prejuízo da utilização de equipamentos eletrônicos, detectores de metais, aparelhos de raio-x e outras tecnologias, quando disponíveis.

§ 4º A revista pessoal em crianças, adolescentes e pessoas com deficiência intelectual deverá ser feita de modo excepcional e somente na presença do representante legal.

§ 5º É permitida a utilização de animais farejadores para auxiliar o procedimento de revista pessoal.

**Inspeção íntima**



Art. 3º Para os efeitos desta Lei, inspeção íntima é o procedimento de revista realizado com o objetivo de verificar a existência de objetos ou substâncias ocultas junto ao corpo de uma pessoa, mediante desnudamento total ou parcial e com a possível realização de exames invasivos, inclusive manuais, em cavidades corporais.

§ 1º A inspeção íntima é permitida em hipóteses excepcionais, apenas em pessoas maiores e que possam emitir consentimento válido, quando houver suspeita ou indício de ser a pessoa visitante portadora de qualquer item corporal oculto ou sonegado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou outros objetos perigosos.

§ 2º A inspeção íntima deve ser motivada para cada caso específico e dependerá da anuência expressa do visitante

§ 3º Podem ser considerados como indícios qualquer subsídio proveniente de elementos tangíveis e verificáveis, como informações prévias de inteligência, denúncias anônimas e comportamentos suspeitos por parte do interno ou do visitante.

§ 4º A inspeção íntima deve ser realizada, preferencialmente, por profissionais de saúde do mesmo sexo do revistando, nas hipóteses de desnudamento e exames invasivos.

§ 5º A inspeção íntima deve ser efetuada em local adequado, exclusivo para tal verificação, podendo ser realizada independentemente da disponibilidade de scanner corporal, esteira de raio-x, portais detectores de metais e congêneres no estabelecimento prisional.

#### Disposições gerais

Art. 4º As pessoas com deficiência, os idosos, as gestantes, as lactantes e as pessoas com crianças de até cinco anos terão atendimento prioritário.

Art. 5º Em qualquer caso, a critério da administração prisional, poderá ser feita a revista pessoal ou a inspeção íntima invertida, direcionada à pessoa visitada, ainda que o visitante tenha se submetido à revista, devendo a verificação do interno seguir o mesmo regramento previsto nos arts. 2º e 3º desta lei.

Art. 6º A recusa dos presos visitados em se submeter à revista pessoal ou à inspeção íntima poderá constituir falta disciplinar, conforme o caso (arts. 49 e seguintes da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal).

Art. 7º Caso o visitante se recuse a se submeter à revista pessoal ou à inspeção íntima, poderá a autoridade administrativa impedir a realização da visita.

Art. 8º Os projetos arquitetônicos de construção, reforma ou ampliação de estabelecimentos prisionais de regime fechado e de detenção provisória deverão prever espaço e estrutura para instalação de



equipamentos de revista, em especial *scanners*, detectores de metais, aparelhos de raio-x e outras tecnologias de escaneamento, e para guarda adequada de pertences dos visitantes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 15 de julho de 2025.

**Deputado Delegado Paulo Bilynskyj**  
Presidente

Apresentação: 28/07/2025 14:47:49.947 - CSPCCO  
SBT-A 1 CSPCCO => PL 405/2025

SBT-A n.1

